2009

DOCUMENTO BASE

VERSÃO PRELIMINAR – DOCUMENTO BASE PARA CONSULTA

Rio Branco, AC

Arnóbio Marques de Almeida Júnior

Governador do Estado do Acre

Carlos César Correia de Messias

Vice-Governador do Estado do Acre

Fábio Vaz

Secretário de Governo

Carlos Alberto Ferreira de Araújo

Secretário de Estado de Articulação Institucional

Júlia Feitosa

Assessora Gabinete Governador

Nilton Luiz Cosson Mota

Secretário de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

Mauro Jorge Ribeiro

Secretário de Estado de Agropecuária

Carlos Ovídio Duarte Rocha

Secretário de Estado de Floresta

Eufran Ferreira do Amaral

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Cleísa Brasil da Cunha Cartaxo

Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre

Felismar Mesquita

Diretor do Instituto de Terras do Acre

Paulo Roberto Viana de Araújo

Diretor Presidente do Instituto de Defesa

Agropecuária e Florestal do Estado do Acre

Iraílton Lima

Diretor do Instituto Dom Moacir

João César Dotto

Secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

Diretor Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

Maria de Nazareth Mello de Araújo Lambert

Procuradora Geral do Estado

Márcia Regina de Souza Pereira

Procuradora Geral Adjunta do Estado

Rodrigo Fernandes das Neves

Procurador de Meio Ambiente do Estado

Jorge Henrique Bezerra Nogueira de Queiroz

Secretário de Estado de Comunicação

Equipe Técnica

Departamento de Mudanças Globais

Mónica Julissa De Los Rios de Leal
Chefe de Departamento

Pedro Salles
Consultor

Marcos Catelli Rocha
Coordenador da Divisão de Práticas Sustentáveis

Eldiane Quintino
Técnica em Gestão Ambiental

Supervisão

Eugênio Pantoja (Assessor Técnico de Gabinete)

Antônio Willian Flores de Melo (Assessor de Gabinete)

Colaboradores

Luis Meneses

Carlos Valério Gomes

Sumário

PARTE IV: PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO DO ACRE 5

1 – INTRODUÇÃO 5

2 – DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O PPCD ACRE 9

3. OBJETIVO GERAL 11

4 – ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO 11

4.1 – Ordenamento Territorial e Fundiário 12

4.1.1 – Objetivos Específicos 12

4.1.2 – Planos, programas, projetos e resultados esperados 14

4.2 – Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis 17

4.2.1 – Objetivos Específicos 17

4.2.2 – Planos, programas, projetos e resultados esperados 19

4.3 – Monitoramento, Controle e Fiscalização 27

4.3.1 – Objetivos Específicos 27

4.3.2 – Planos, programas, projetos e resultados esperados 29

4.4 – Ações transversais 32

4.4.1 – Objetivos específicos 32

4.4.2 – Programas, ações e resultados esperados 33

5. Proposta de Governança para o Pacto de Valorização da Floresta e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Acre (PPCD Acre) 38

6. Proposta de Meta para Redução do Desmatamento.....42

PARTE IV: PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO DO ACRE

1 – INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o desmatamento acelerado da Amazônia brasileira tem contribuído para o desenvolvimento do país e para o fortalecimento de sua economia, mas também causado inúmeros prejuízos associados à perda de inestimável biodiversidade, à degradação de serviços ambientais providos pela floresta tropical, e, conforme consenso que se consolida, aos impactos vinculados ao aquecimento global e mudanças climáticas.

Estima-se que mais de 16% da Amazônia Brasileira tenha sido desmatada nas últimas décadas, principalmente na região conhecida como arco do desmatamento, que abrange uma vasta área entre o sudeste do Maranhão, o norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e o sudeste do Acre. O Estado do Acre tem hoje cerca de 12% de sua área desmatada, o que corresponde a 1,2% do desmatamento da Amazônia.

Entre os principais fatores que tem contribuído para esse cenário temos: subsídios e incentivos fiscais voltados à atividade agropecuária; especulação imobiliária; assentamentos humanos realizados sem nenhum planejamento; falta de uma política agrícola voltada para os pequenos e médios produtores rurais; inexistência de assistência técnica adequada para atender a demanda da região; implantação e integração de eixos rodoviários; e rentabilidade de atividades econômicas, como a extração madeireira, a pecuária e, mais recentemente, a agroindústria.

A abertura de novas áreas tem como objetivo principal a implantação da atividade pecuária. Aproximadamente 80 % da área

total desmatada na Amazônia têm sido utilizada como pastagens[1]. Os principais agentes do desmatamento nesses casos são grandes e médios pecuaristas, embora dados recentes demonstrem estar crescendo também nas propriedades de pequenos agricultores. Existe um elevado número de agentes intermediários, geralmente com baixos custos de oportunidade, que antecipam estes pecuaristas, e que são responsáveis de forma direta por grande parte dos desmatamentos.

No Acre, a atividade agrícola tem diversas limitações agronômicas, a produção de grãos encontra sérias dificuldades de escoamento e altos custos de produção. Somadas à baixíssima produtividade local, estas condições reduzem sua capacidade de competição com outros estados. Essas limitações parecem não ser aplicadas da mesma forma para a pecuária bovina, que tem crescido significativamente nas últimas décadas, e possui uma cadeia produtiva mais consolidada se comparada com as cadeias associadas à produção de grãos e do extrativismo[2]. As áreas ocupadas por pastagens correspondiam a 69,5 % do total desmatado em 1989, passando para 81,2 % atualmente (2004). A taxa de crescimento no período 1989-2004 foi de 54,4 mil hectares/ano, o que demonstra a dinâmica da expansão da pecuária no Estado.[3]

A ausência de ordenamento territorial e de regularização fundiária de terras públicas, combinada com a fragilidade da presença do Estado, incentiva a grilagem da terra, estimula o desmatamento e a exploração predatória dos recursos naturais associada a impunidade dos crimes ambientais. Questões complexas, relacionadas à ocupação desordenada, conflitos de interesses, falta de informações cadastrais e de apropriação das terras, compõem parte importante do quadro das questões fundiárias no Estado do Acre[4]. Tal complexidade é, em parte, resultado dos processos históricos relacionados à incorporação do Acre ao Brasil e de terem sido reconhecidos os títulos expedidos por diferentes administrações nacionais e internacionais, como o Governo

---

[1] Francelino, M.R. *et. al*.. Plano de Recuperação de Áreas Alteradas, Governo do Acre, 2009.

[2] Meneses, R.S de. A importância da reserva legal na geração de renda de pequenos produtores rurais: Estudo de caso no Estado do Acre, Amazônia.2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Curitiba, 2004. 115p.

[3] Franke, I.L., Manejo Florestal Madeireiro e Contenção do Desmatamento no Estado do Acre. Secretaria de Estado de Florestas. Rio Branco, 2008.

[4] Felix, I.M. et. al.. *Diagnóstico da situação fundiária na região da Tríplice Fronteira do Amazonas, Acre e Rondônia*.. INTARE/GTZ, São Paulo, 2009.

do Estado do Amazonas, as Repúblicas da Bolívia e do Peru e o ex - Estado Independente do Acre.

Além de problemas estruturais relacionados às terras devolutas, onde a atuação do Estado nos últimos dois anos está integrada ao ZEE, com foco na Zona 3 (Áreas prioritárias para o ordenamento territorial, que ocupa cerca de 25 % do território acreano), outros aspectos que dificultam os trabalhos de regularização fundiária são: falta de um cadastro eficiente e georeferenciado de detentores de títulos; falta de compatibilidade entre o cadastro de terras estadual e os diversos cadastros federais (INCRA, IBAMA, FUNAI); quadro técnico subdimensionado em relação ao desafio; e altos custos associados ao georeferenciamento de imóveis rurais conforme normas técnicas do INCRA e as condições de acessibilidade e edafo-climáticas nas áreas críticas.

Nas últimas décadas, os grandes investimentos em infra-estrutura, especialmente rodovias de penetração, têm sido uma das principais causas do desflorestamento na Amazônia. A pavimentação da BR-364 e da Estrada Inter-Oceânica, que conecta o Acre e o Brasil com os portos do Oceano Pacífico no Peru, se constituem dois eixos de integração que podem vir a promover a abertura de novas frentes de desmatamento, caso tais melhorias em infra-estrutura não venham acompanhadas de um ordenamento territorial de suas áreas de influência, e de um esforço para regularização fundiária e arrecadação/destinação de terras devolutas.

O Estado do Acre vem consolidando os instrumentos de gestão ambiental, com destaque para a conclusão do Zoneamento ecológico econômico - ZEE 1:250.000 que, além de nortear a implementação dos programas estruturantes do governo e estabelecer zonas específicas para conservação e proteção ambiental, identifica as áreas destinadas ao fomento e gestão florestal. Além disso, se constitui num grande pacto (em função de sua metodologia participativa) onde não se tem áreas de expansão e sim de consolidação e de inserção de práticas sustentáveis.

No Estado do Acre não se criam mais projetos de assentamento tradicionais, somente assentamentos diferenciados (projetos de assentamentos florestais, projetos de assentamentos sustentáveis e projetos de assentamento extrativistas. Apesar de sua importância à

sociedade pela geração de empregos e alimentos, a agricultura familiar baseada no corte e queima da floresta para cultivos anuais também é responsável por uma fatia significativa do desmatamento anual no Acre. Segundo dados do IMAC, 37% do desmatamento de 2008 ocorreu em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

No período de 2004 e 2007, foi registrada uma queda significativa das taxas de desmatamento no Estado do Acre e na Amazônia. Dados recentes de dinâmica detectaram uma redução anual em 2008 e uma crescente participação dos desmatamentos em áreas inferiores a 5 hectares, que corresponderam a 63% dos polígonos de desmatamento mapeados pelo IMAC em 2008. Esse padrão diferenciado dos desmatamentos em relação a outros Estados da Amazônia impõe novos esforços aos trabalhos de controle e fiscalização, e mudanças de estratégias com foco na inserção de práticas sustentáveis.

A discussão sobre limitações ao uso do fogo no Estado vem ganhando espaço desde o ano de 2005, quando incêndios florestais resultaram na destruição de mais de 250 mil hectares de floresta e mais de 200 mil hectares de áreas abertas queimadas, configurando em um prejuízo ambiental estimado em torno de R$ 250 milhões[5]. Poder público, setor privado e sociedade civil estão atualmente discutindo as políticas existentes, que prevêem, entre outros aspectos, um período de transição para a eliminação do uso do fogo, em um futuro próximo associado à adoção de técnicas alternativas de cultivo e produção no meio rural, respeitando as tradições culturais das populações tradicionais e questões de excepcionalidade.

A Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal lançada em setembro de 2008 está sendo implementada por meio de estratégia conjunta de secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do Governo Estadual integrada com as Prefeituras municipais e o movimento social organizado. Esta política está alicerçada em dois planos: o plano de recuperação de áreas alteradas e o plano de valorização do ativo ambiental florestal. O primeiro plano visa consolidar as áreas já desmatadas com inserção de práticas mais sustentáveis, que incluem a recuperação de áreas (com

[5] Meneses Filho, L. & Almeida, D.. *Análise de contexto e de atores na região da fronteira MAP – Brasil*. Rio Branco, 2008.

uso de roçados sustentáveis, sistemas agroflorestais, sistemas silvopastoris e uma pecuária sustentável) e plantios florestais, visando criar florestas plantadas em áreas já desmatadas. Para valorizar o ativo ambiental florestal se tem um programa de regularização do passivo ambiental florestal e um programa de certificação de unidades produtivas sustentáveis que objetivam aumentar o valor da cobertura florestal e da propriedade como um todo.

Neste contexto, a elaboração do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre – PPCD Acre tem por objetivo integrar os planos, programas e ações estratégicas do governo estadual com os esforços e estratégias das esferas municipal e federal, visando o fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle do desmatamento e degradação florestal. O PPCD visa, portanto, consolidar a gestão ambiental compartilhada para superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento, e assim promover o desenvolvimento sustentável no estado, com foco na comunidade e pautado na implementação do ZEE/AC, com preservação e conservação de seu ativo socioambiental e florestal.

2 – DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O PPCD ACRE

O desenho e a implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre visa o planejamento do desenvolvimento sócio-cultural e ambiental do Estado, estando apoiado nas seguintes diretrizes:

- Integração do PPCD Acre aos Planos Federais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM, Plano Amazônia Sustentável – PAS e Plano Nacional sobre Mudança do Clima e a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal em nível Estadual;
- Consolidação e verticalização de instrumentos de ordenamento territorial, priorizando a regularização fundiária e a consolidação do Sistema de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, de modo a se reduzir o livre acesso aos recursos naturais e seu uso predatório;

- Valorização e uso sustentável da floresta, como alicerce de um novo modelo de desenvolvimento, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental;
- Integração de instrumentos de monitoramento e controle com incentivos a práticas sustentáveis e medidas de ordenamento territorial e fundiário, sob uma ótica de gestão territorial integrada;
- Estimulo à participação ampla e ativa dos diferentes grupos da sociedade na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, e à viabilização de alternativas sustentáveis, qualificando sua implantação, com transparência, controle social e apropriação política;
- Articulação interinstitucional através de uma estrutura de governança que promova transparência, intercâmbio de informação e cooperação, envolvendo parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), organizações da sociedade civil e o setor privado como forma de estabelecer a gestão compartilhada;
- Remuneração por serviços ambientais para manutenção de reservas florestais e da qualidade dos recursos hídricos, por meio de estratégias que garantam o compartilhamento entre sociedade e populações rurais dos custos e benefícios de manutenção de serviços ambientais associados à conservação da floresta;
- Melhoria da utilização de áreas já desmatadas através de incentivos para práticas com bases sustentáveis, contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, mecanização. agricultura ecológica e a recuperação de áreas degradadas, como forma de aumentar a produtividade e diminuir pressões sobre florestas remanescentes;
- Priorização de áreas criticas de ocorrência do desmatamento para implementação de experiências piloto de prevenção e controle;

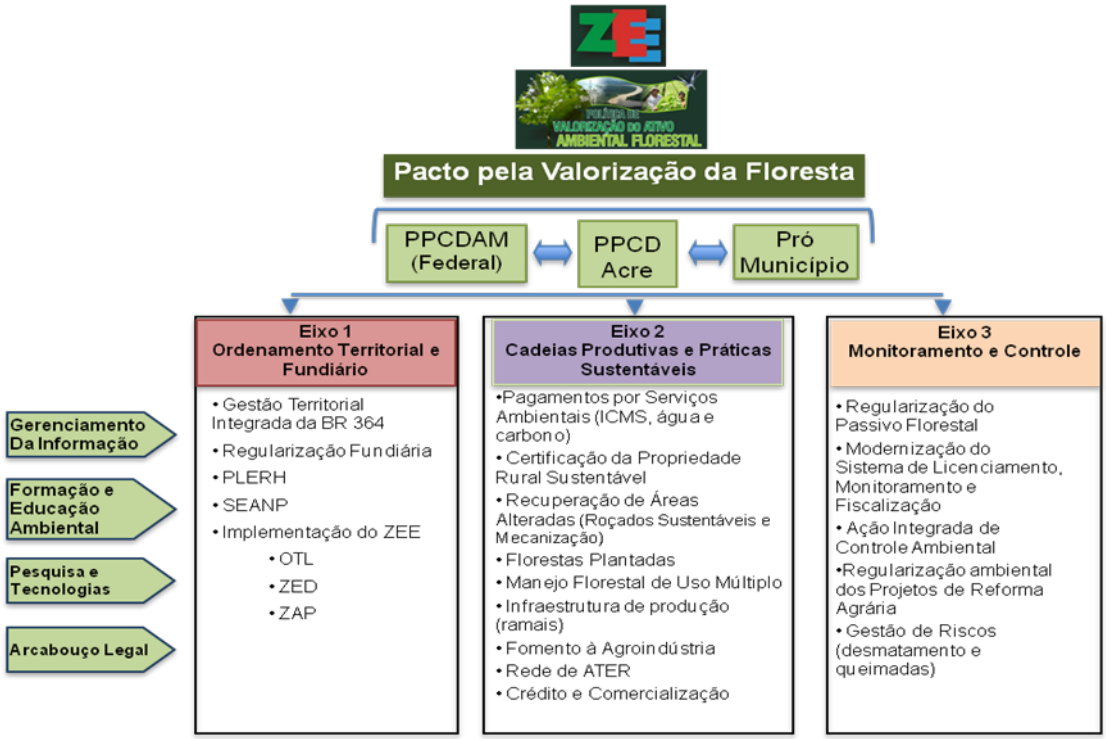
- Efetivação de um sistema de monitoramento que atenda as características específicas da dinâmica do desmatamento no Estado e que permita a análise permanente da eficiência e eficácia de seus instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento;
- Estabelecimento de metas mensuráveis e procedimentos de avaliação de desempenho, acordados em estreita articulação com Governo Federal, com os Governos municipais e os grupos de atuação na área rural.

3. OBJETIVO GERAL

O Plano Estadual de Prevenção de Controle do Desmatamento visa garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado do Acre, a partir do fortalecimento das capacidades do governo e sociedade para gestão ambiental e para consolidação de uma Economia Limpa, Justa e Competitiva com forte Base Florestal.

4 – ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Para alcançar este objetivo propõe-se uma estrutura programática do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) com base num Pacto de Valorização das Florestas, a qual se baseia nas políticas de zoneamento e de valorização do ativo ambiental florestal, abrangendo planos e programas organizados em 3 eixos: Ordenamento Territorial e Fundiário; Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis; Monitoramento, Controle e Fiscalização. **(Figura 1)**.



síntese dos programas principais com seus respectivos focos e impactos esperados são abordados a seguir.

4.1 – Ordenamento Territorial e Fundiário

O Governo do Estado do Acre irá priorizar ações de ordenamento territorial, com foco na implementação do ZEE/AC e no seu detalhamento nas escalas 1:100.000 (Ordenamento Territorial Local – OTL, Zonas Especiais de Desenvolvimento – ZEDs), 1:50.000 (Etno-zoneamento das Terras Indígenas) e 1:10.000 (comunidades nas Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs). Também serão concentrados esforços para: consolidação do Sistema Estadual de Áreas Protegidas – SEANP; arrecadação/destinação de terras devolutas; e regularização fundiária.

4.1.1 – Objetivos Específicos

1. Implementar o ZEE com foco na consolidação de sistemas de produção sustentável na Zona 1, no ordenamento territorial de áreas prioritárias, bem como na ampliação da área com terras

protegidas (Zona 3), na promoção da gestão eficiente de Unidades de Conservação (Zona 2) e na manutenção da sóciobiodiversidade;

2. Consolidação de uma base de dados geoespacializados sobre os recursos sociais, econômicos e ambientais associados às comunidades rurais do Estado, em diferentes escalas de gestão territorial;
3. Regularização fundiária do território, garantindo a integração das informações do Sistema Estadual de Terras – SITACRE ao Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIAM e Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR;
4. Implementar projeto piloto de cadastramento fundiário e ambiental georeferenciado de imóveis rurais em áreas estratégicas, com compartilhamento de informações com outras bases de dados e diagnóstico ambiental.

4.1.2 – Planos, programas, projetos e resultados esperados

ORDENAMENTO TERRITORIAL				
PROJETO	**FOCO**	**AÇÕES POR ZONA**	**METAS**	**IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS**
Implantar o ZEE/AC como instrumento de gestão	Detalhamento do ZEE/AC nas seguintes escalas: Etnozoneamento das Terras Indígenas (1:50.000); Ordenamento Territorial Local dos Municípios (1:100.000); ZEDs (1:100.000); ZAPs e desdobramentos conforme o tamanho das comunidades: Comunidades de Atendimento Universal (CAU), Comunidades de Atendimento Prioritário (CAP) e Comunidades Pólo (COP) (1:10.000), para subsidiar a elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDCs).	**AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ESTADO**		Consolidação de uma base de dados georeferenciados, sobre os recursos sociais, econômicos e ambientais associados às comunidades rurais do Estado, em diferentes escalas de gestão territorial Consolidação e implementação dos OTLs de todos os municípios do Estado Elaboração do Planos de Desenvolvimento Comunitário junto às comunidades CAU, CAP e COP nas diferentes ZAPs do Estado; Construção dos Planos de Gestão das ZAP indígenas, a partir do etnozoneamento das TIs Formação e capacitação de técnicos para atuação nas ZAPs. Fortalecimento da gestão ambiental de 13 municípios
		Elaborar o Ordenamento Territorial Local de municípios em áreas críticas de desmatamento	OTL de 6 municípios elaborados ate 2010 e demais municípios ate 2015	
		Consolidar o ZEE com definição das Zonas de Atendimento Prioritário - ZAPs e Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs	300 Planos de Desenvolvimento Comunitário (CAU, CAP e COP) elaborados nas diferentes ZAPs do Estado até 2010	
		Consolidar do ZEE com estudos específicos	Caracterização e diagnostico socioambienal das comunidades de 03 ZED, 100 comunidades polo - COP ate 2009, 200 comunidades de atendimento prioritário - CAP ATE 2010 elaborados	
			Base Cartográfica do Estado revisada e aprovada pelo IBGE	
		Construir proposta de Instrumentos de Gestão Ambiental de municípios da BR-364	13 municípios da BR 364 com ferramentas de gestão ambiental constituídos	
		AÇÕES ZONA 01		
		Elaborar o OTL de Rio Branco - ZEAS	OTL de Rio Branco elaborado	
		Fomentar a implementação do OTL de Brasiléia	OTL de Brasiléia implementado	
		AÇÕES ZONA 02		
		Construir Planos de Gestão Territorial das ZAPs em Terras Indígenas	10 Planos de Gestão das ZAPs Indígenas elaborados até 2010	
		AÇÕES ZONA 03		
		Ordenamento Territorial da Zona de Atendimento Prioritário - ZAP Br-364, Trecho Sena Madureira – Feijó.	Planos de Desenvolvimento Comunitário Sustentável - PDCs de 07 CAP e 11 COP elaborados	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Ordenamento Territorial da Br-364, Trecho Sena Madureira – Feijó.	Promover o ordenamento territorial das áreas de influência das rodovias federais (Br-364 e Br-317) e estaduais	**AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ESTADO**		Garantia da presença de instituições governamentais relacionadas à produção sustentável, como SEMA, IMAC, ITERACRE, SEF, SEAPROF, IDAF, DERACRE e Pelotão Florestal, e também à saúde, educação e justiça, SEJUDH, SESACRE e SEE através das Unidades de Gestão Ambiental Integrada - UGAI. Aumento das áreas com regularização fundiária do território Aumento das áreas destinadas a unidades de conservaçãO Prevenção e mediação de conflitos sociais sobre o acesso e utilização dos recursos naturais Terras registradas irregularmente reincorporadas ao patrimônio público Ocupação ordenada do território
		Criação e fortalecimento das Unidades de Gestão Ambiental Integrada - UGAIs	01 Unidade de Gestão Ambiental Integrada – UGAI implementadas e 02 fortalecidas	
		Implantar Cadastro Estadual Georreferenciado de Imóveis Rurais, integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e ao Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural - SLAPR na ZAP BR-364	Cadastro Estadual Georeferenciado Piloto de Imóveis Rurais implementado e integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e ao SEIAM Módulo Controle	
		AÇÕES ZONA 03		
		Criar novas Unidades de Conservação	02 unidades de conservação do tipo Floresta Pública criadas totalizando ao menos 400 mil hectares	
		Realizar o Ordenamento Fundiário - Identificação, Levantamento Ocupacional, Processos Discriminatórios e Destinação Fundiária	Levantamentos ocupacionais, processos discriminatórios e de destinação realizados em 1.194.382 hectares; regularização fundiária de 819 famílias	
		Destinar glebas para Reforma Agrária	80% das propriedades na ZAP BR inseridas no cadastro piloto georeferenciado	
Promoção da Regularização Fundiária Estadual	Ordenar o Território do Estado do Acre de forma sustentável. Prestar serviços fundiários para instituições públicas e privadas.	**AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ESTADO**		SITACRE desenvolvido e implementado em áreas piloto Ordenamento e re-ordenamento de áreas para a reforma agrária Regularização fundiária do território e atendimento da demanda fundiária de instituições públicas e privadas Situação fundiária das Florestas Estaduais - FLOEs regularizada Demanda fundiária de instituições públicas e privadas atendida
		Fortalecimento Institucional do ITERACRE e Suporte às Ações do Instituto	Instituto com instrumentos e estrutura necessária para o desenvolvimento de suas ações;	
		Identificação, levantamento, demarcação e regularização das posses de terras públicas Estaduais		
		Desenvolver e implementar o Sistema Estadual de Terras – SITACRE, integrado ao SEIAM		
		AÇÕES ZONA 01		
		Demarcação de Lotes e Levantamento Topográfico	Lotes demarcados e com levantamento topográfico no município de Capixaba e da Fazenda Boa Vista	
		Demarcação de Glebas	6 Glebas demarcadas (Panacre I e II, Morungaba, Seringal Liege, Miritial e Corcovado)	
		AÇÕES ZONA 02		
		Identificação, Levantamento, Demarcação e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Estaduais	Áreas Naturais Protegidas demarcadas;	
		AÇÕES ZONA 03		
		Identificação e levantamento fundiário nos municípios de Manuel Urbano, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul	3 municípios com identificação e levantamento fundiário	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Apoio e fortalecimento do SEANP	Ampliação da área com terras protegidas e promoção da gestão eficiente de Unidades de Conservação e manutenção da sóciobiodiversidade.	**AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ESTADO**		Ampliação do percentual de áreas naturais protegidas Caracterização e diagnóstico socioambiental das comunidades rurais nas ZAPs UCs e TIs e elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitário Formação de corredores ecológicos na área de influência direta e indireta da BR-364 Gestão das FLOEs do complexo do Rio Gregório consolidada Reordenamento de uso da Resex Chico Mendes Implementação de Planos de Gestão das Terras Indígenas
		Criar Unidades de Conservação - UC´s	07 novas Unidades de Conservação - Ucs municipais, 05 Ucs estaduais e 02 UC federal criadas	
			400 mil hectares de novas Florestas Estaduais - FLOEs (Jurupari/Feijó) criadas	
		AÇÕES ZONA 02		
		Fortalecer a gestão de Unidades de Conservação	Reordenamento de uso da Resex Chico Mendes a partir da caracterização e diagnóstico socioambiental das comunidades rurais e elaboração dos PDCs	
			08 Planos de Gestão de Terras Indígenas implementados	
			Gestão da FLOES do Complexo Rio Gregório consolidada	
Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos	Ordenar as águas e os recursos hídricos do Estado	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas Definição e implementação de estratégias para gestão integrada dos recursos hídricos e do território. Sistema de informações de Recursos Hídricos do Acre construído. Definição das unidades de gestão de recursos hídricos. Implantação da rede de monitoramento da qualidade e quantidade de água
		Apoiar a formação de Pré-Comitês de Bacias Hidrográficas nas Unidades de Gerenciamento de RH	Criação de comitês de bacias	
		Realizar estudos e planejamentos estratégicos	Rede de monitoramento da qualidade e quantidade da agua implantada	
		Elaborar e implementar um Plano de Comunicação		

4.2 – Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis

Ciente das limitações dos sistemas de monitoramento e controle ambiental para garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras das taxas de desmatamento, o Governo do Estado do Acre vem pautando suas estratégias de fomento ao desenvolvimento econômico no empoderamento comunitário e fortalecimento do setor privado de forma a consolidar cadeias produtivas que busquem conciliar proteção e conservação ambiental; uso econômico das riquezas da floresta; eficiência econômica; melhoria de padrões de emprego e renda; crescimento; e bem-estar e equidade social. Desta forma, ao se valorizar e diversificar as cadeias produtivas das áreas já desmatadas se diminui consideravelmente a pressão pela supressão de novas áreas de florestas para conversão em outros usos.

4.2.1 – Objetivos Específicos

1. Garantir viabilidade econômica ao manejo sustentável de recursos florestais e a expansão das áreas sob manejo, de modo a suprir a demanda por produtos e sub-produtos florestais de forma sustentada;
2. Fomentar a modernização da produção agroindustrial, como forma de consolidar o uso de áreas já abertas, intensificando sua produtividade;
3. Fomentar a formação de florestas de produção como alternativa de investimento para os produtores rurais, bem como para garantir a sustentabilidade das áreas desflorestadas e o suprimento de matéria prima;
4. Recuperar e re-incorporar áreas alteradas, sub-utilizadas e/ou degradadas ao processo produtivo, como forma de incrementar a produtividade dos estabelecimentos rurais;
5. Implantar e consolidar o parque industrial do estado, com foco em indústrias de base florestal, assim como a infra-estrutura de produção associada ao setor agropecuário e extrativista;

6. Implementar um programa de certificação de propriedades rurais sustentáveis, com foco nas unidades produtivas familiares, oportunizando sua inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território;
7. Viabilizar financiamento e incentivos econômicos para a promoção de projetos e empreendimentos sustentáveis nas áreas florestal (manejo e reflorestamento), agroflorestal, agroecológica, agropecuária, de recuperação de áreas degradadas e de pagamento por serviços ambientais.
8. Consolidar e ampliar a Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal e Indígena – Rede de ATER;

4.2.2 – Planos, programas, projetos e resultados esperados

CADEIAS PRODUTIVAS AGROFLORESTAIS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS				
PROJETO	**FOCO**	**AÇÕES POR ZONA**	**METAS**	**IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS**
Programa de Florestas Plantadas	Consolidar e implementar estruturas de viveiros de mudas visando o abastecimento e formação de florestas de produção para suprimento de matéria prima para o atual parque industrial do Estado	**AÇÕES ZONA 01**		Aumento da renda das famílias envolvidas com projetos de reflorestamento e melhoria da qualidade ambiental das propriedades rurais Recursos da Reposição Florestal aplicados no fomento a plantios florestais Aumento dos investimentos em florestas plantadas Áreas recuperadas por meio de reflorestamentos Regularização de passivos florestais Associações criadas para gestão de viveiros e execução de plantios e projetos Garantia de matéria prima para as indústrias florestais do Estado
		Ampliar instalações físicas do Viveiro da Floresta e implantar novos viveiros em municípios estratégicos	04 novos viveiros implantados e produzindo 08 milhões de mudas florestais e frutíferas para programas de apoio ao desenvolvimento sustentável da produção familiar	
		Fomento à Heveicultura em sistemas agrosilvipastoris	7 hectares de viveiro implantados para produção de mudas de seringueira enxertadas com clones adaptados às condições do Acre	
			23 hectares experimentais para avaliação do desempenho produtivo de clones e Implantação de 5 hectares de jardim clonal com clones da EMBRAPA	
		Implantar Rede de Coleta, Armazenamento e Beneficiamento de Sementes	Rede em funcionamento	
		Articular linhas de crédito e implementar instrumentos de fomento ao reflorestamento (florestas energéticas e regularização de passivos florestais)	Linhas de crédito e instumentos de fomento implementados	
		Elaborar Plano de Monitoramento de Florestas Plantadas	Plano de Monitoramento elaborado	
		Fomentar e implantar plantios florestais para reflorestamento, formação de estoque e recuperação de áreas degradadas	4.000 hectares de reflorestamentos até 2010 e 20 unidades (10 ha cada) demonstrativas de Sistemas Agroflorestais e Agrosilvipastoris	
			5.000 ha/ano de reflorestamentos com as espécies seringueira, paricá, dendê e teca a partir de 2010	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Implementação e consolidação de parques industriais baseados na cadeia produtiva de base florestal	(i) Fortalecer o setor produtivo industrial moveleiro na Região do Vale do Juruá; (ii) Implantar Pólos Moveleiros em municípios estratégicos do Acre, consolidando a base florestal sustentável; (iii) Viabilizar a economia extrativista do látex nativo	**AÇÕES ZONA 01**		Aumento nos investimentos em indústrias de base florestal.
		Atração, diversificação, modernização e interiorização de indústrias de base florestal	01 indústria de pequenos objetos de madeira e luteria implantada	Geração e ampliação dos níveis de emprego e renda no setor
			01 entreposto de beneficiamento de madeira para as associações rurais implementado	Valorização da produção industrial do estado e modernização do parque industrial florestal, ampliando a base econômica florestal sustentável.
			03 indústrias florestais em Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul implantadas até 2012	Processo de industrialização e sistema de produção sustentável de látex no Estado ampliado e diversificado
		Implantação do Parque Industrial Florestal do Município de Cruzeiro do Sul	Parque Industrial implementado	Aumento da qualidade dos móveis produzidos na região do Juruá e no Estado e sustentabilidade ambiental da produção moveleira
		Implantação de Pólos Moveleiros nos Municípios	Pólos moveleiros implementados	Diversificação da produção e inserção de novas tecnologias produtivas
		Ampliação, Modernização e Gestão da Fábrica de Preservativo Masculino do Município de Xapuri	100 milhões de unidades de preservativos masculinos produzidos e distribuídos na rede do SUS	Aumento do valor agregado dos produtos moveleiros e comércio de móveis local fortalecido
				Atividades de produção de móveis em escala industrial ampliada
Habilitação de florestas comunitárias e promoção sócio-florestal	Habilitar Florestas Comunitárias com Planos de Manejo, visando a exploração de produtos madeireiros e não madeireiros, aliada à conservação ambiental, à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida das comunidades	**AÇÕES ZONA 01**		Banco de dados unificado estruturado com as potencialidades e ofertas de produtos e serviços comunitários
		Habilitar Florestas Comunitárias para manejo florestal de uso múltiplo	200 mil hectares de Florestas Comunitárias habilitadas até 2011 e 500 famílias envolvidas	
		Implantar o Plano Operativo Anual - POA das Florestas habilitadas	20 mil hectares de florestas habilitadas com POAs elaborados	Setor industrial madeireiro e não madeireiro abastecido com produtos de origem comunitária de base legal
		Promover eventos para divulgar o Manejo Florestal Comunitário	15 eventos realizados até 2011	
		Implantar infra-estrutura básica para exploração e beneficiamento das safras comunitárias	Infra-estrutura implantada	
		Elaborar estudo de viabilidade logística para implantação de Plano de Manejo Florestal Comunitário a partir da consolidação do banco de dados da SEF	Estudo de viabilidade logística para implantação de Plano de Manejo Florestal Comunitário elaborado	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Implantação dos Planos de Manejo e Certificação de Florestas Públicas	Implantar instrumentos de gestão, produção e conservação dos recursos naturais para o desenvolvimento sócio-econômico-florestal nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e criação de novas Florestas Estaduais	Promover ações de desenvolvimento socioambiental das comunidades residentes nas FLOES e entorno	Ações de desenvolvimento sociambiental promovidas	Comunidades residentes das Florestas Estaduais organizadas e fortalecidas
		Formar núcleos de competências comunitárias em atividades de serviços florestais e certificação do trabalho florestal	4 núcleos de competências comunitárias em atividades de serviços florestais formados	
		Construir infra-estrutura de gestão e social para as FLOEs Antimary e Complexo do Rio Gregório	02 bases administrativas/operacionais implementadas	
		Elaboração de POAs visando a exploração, transporte e venda da produção florestal	Exploração sob regime de manejo em 2.000 ha/ano nas FLOEs	
		Construir de infra-estrutura para acesso e escoamento de produção da Floresta Estadual do Antimary	Infra-estrutura construída	
		Consolidação da gestão direta, das concessões das Florestas Estaduais e implementar processos de certificação	Processo de certificação implementado nas FLOEs, 02 Conselhos Consultivos em funcionamento, 04 Planos de Manejo de Uso Múltiplo das Florestas Estaduais elaborados	
			Concessão florestal de 150.000 hectares, consolidação dos sistemas de manejo florestal de uso múltiplo envolvendo 400 moradores do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório	
			Instrumentos de gestão direta e concessões das Florestas Estaduais consolidados e implementados	
Fomento à expansão da oferta de Planos de Manejo em Florestas Privadas	Expansão de Planos de Manejo Florestal em áreas Privadas para suprir as indústrias madeireiras do Estado e Manutenção de Áreas de Reserva Legal	**AÇÕES ZONA 01**		Aumento da oferta de matéria-prima oriunda de Planos de Manejo em Áreas Privadas
		Promover o Manejo Florestal em Áreas Privadas	Aumento em 50% no número de Planos de Manejo Florestal em Áreas Privadas	Suprimento de matéria-prima para as indústrias madeireiras do estado ampliado
		Articular linhas de crédito direcionadas à Cadeia Produtiva Florestal Privada	Linhas de crédito articuladas e ampliadas, e recursos disponibilizados	-

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Fomento e modernização da produção agroindustrial e das cadeias produtivas	Fomentar a produção agroindustrial a partir da modernização dos empreendimentos agropecuários relacionados à piscicultura, pecuária leiteira e criação de galinha caipira	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Nível tecnológico das propriedades rurais incrementado Agregação de valor à cadeia produtiva do leite e derivados Banco de dados sobre a estatística pesqueira em Tarauacá e Feijó desenvolvido e consolidado Estação de piscicultura modernizada e reestruturada; rios, lagos e igaraés limpos Cadeias produtivas sustentáveis fortalecidas e modernizadas Elevação da produção e oferta de galinha e ovos caipira em todo o Estado, reduzindo a dependência avícola dos municípios do interior e diminuindo a pressão sobre os animais silvestres -
		Promoção e incentivo à criação de animais silvestres através da difusão e melhoramento genético	Elevação da oferta de alimentos e segurança alimentar	
		Reorganização e Ampliação da Cadeia Produtiva da Farinha	440 famílias beneficiadas pelo Programa	
		Fomento à criação de animais de pequeno porte, à modernização da piscicultura, e fortalecimento da cadeia produtiva de pescados	Incremento da produtividade dos pequenos e médios produtores, aliado à diversificação da produção	
		AÇÕES ZONA 01		
		Promoção e incentivo da pecuária leiteira através da difusão e melhoramento genético	1200 produtores atendidos pelos programas e 200 propriedades selecionadas e georeferenciadas	
		Consolidação da Cadeia Produtiva de Frutas Tropicais	400 Famílias de Produtores Rurais envolvidos com a Cadeia Produtiva de Frutas Tropicais beneficiadas	
		AÇÕES ZONA 02		
		Manejo participativo da pesca	200 pescadores capacitados	
			02 documentos de estratégias municipais de manejo da pesca elaborados	
Programa de Recuperação de Áreas Alteradas	Reincorporar áreas alteradas e/ou degradadas ao processo produtivo no Estado do Acre	**AÇÕES ZONA 01**		Elevação da qualificação da mão de obra rural Elevação da produção e dos índices de produtividade nas atividades agropecuárias Extensionistas capacitados para implantação de áreas de produção de mudas em propriedades familiares nas regionais do Estado Áreas recuperadas e reincorporadas ao processo produtivo
		Acesso à calcário subsidiado para famílias de produtores vinculados às cadeias produtivas prioritárias - Pró-calcário	25.000 toneladas de calcário subsidiado até 2010 (confirmar)	
		Acesso à mecanização agrícola para famílias de produtores vinculados às cadeias produtivas prioritárias	1.000 famílias de produtores vinculados às cadeias produtivas prioritárias atendidas pelo Pró-calcário e Mecaniza	
			Aumento na área mecanizada no Estado do Acre (26.000 ha)	
		Promover a recuperação de áreas alteradas	Recuperar e reincorporar 10.000 hectares de áreas degradadas	
		Promover intercâmbios entre produtores e eventos para capacitação de famílias de produtores, técnicos e operadores de equipamentos	07 intercâmbios entre produtores e 10 eventos para capacitação de 250 famílias de produtores, 100 técnicos e operadores de equipamentos realizados	
		Apoio à implantação de viveiros de mudas de Amendoim forrageiro para melhoramento de pastagens	02 hectares de áreas de produção de mudas de Amendoim forrageiro em cada um dos 22 municípios do Estado implementado	

		Apoio à produção de mudas de espécies frutíferas e de mandioca para programas de desenvolvimento sustentável da produção familiar	Material para propagação de mudas de cultivares de abacaxi, banana, mandioca e borbulhas de laranja e limão fornecidos para programas de produção de mudas em parceria com as comunidades	
		Implantar roçados sustentáveis nos municípios e recuperar e reincorporar áreas degradadas	Roçados sustentáveis implantados nos municípios isolados e de difícil acesso	
		Elaborar um sistema de aptidão agrícola das terras em nível de propriedade rural	Sistema de aptidão agrícola das terras em nível de propriedade rural desenvolvido	
		Implantar Unidades Demonstrativas de práticas sustentáveis e de recuperação de APPs degradadas (Rio Yaco)	Unidades demonstrativas implantadas	
		Produção Experimental de Biodiesel com Implantação de Pólos de Produção de Oleaginosas	250 produtores envolvidos e área de 500 hectares identificados para implementação dos Pólos de Produção de Oleaginosas	
		Elaborar Guia para Recuperação de Áreas Alteradas	Guia para Recuperação de Áreas Alteradas elaborado	
PROJETO	**FOCO**	**AÇÕES POR ZONA**	**METAS**	**IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS**
Programa de Certificação da Propriedade Familiar Sustentável	Estabelecer um processo voluntário de certificação socioambiental de unidades produtivas rurais familiares (propriedades regularizadas e áreas de posse), oportunizando sua inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Planos de Certificação da Propriedade Sustentável - PCPS elaborados contemplando o licenciamento ambiental das propriedades rurais - SLAPR e a regularização de passivos florestais Certificação das propriedades agroflorestais contemplando um arranjo de metas e índices a serem atingidos conforme estabelecido em cada Plano de Certificação da Propriedade Sustentável - PCPS Geração de renda por meio da produção sustentável e Unidades desmostrativas agroecológicas implementadas Pagamentos por serviços ambientais associados à conservação de ativos florestais e à práticas conservacionistas que garantam a manutenção dos serviços ambientais associados às florestas e recursos hídricos implementados
		Consolidar o arcabouço legal do programa de certificação	Arcabouço legal do programa, parâmentros e índices de sustentabilidade agroflorestal e social das propriedades definidos	
		Criar a Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e capacitar técnicos	Rede em funcionamento	
		Efetuar o pagamento do bônus financeiro por serviços ambientais associados à manutenção/recuperação de APPs e RLs e adoção de práticas visando a produção sustentável e sem uso do fogo nos imóveis rurais	Propriedades certificadas em processo de adequação ambiental	
		Desenvolver mecanismos de acesso à crédito rural	Produtores certificados e acessando crédito rural	
		Definir e implementar estratégias de monitoramento e avaliação das atividades de ATER	Estratégias de monitoramento e avaliação das atividades de ATER elaboradas e implementadas	
		AÇÕES ZONA 01		
		Implementar o Programa de Certificação com foco nos Projetos de Assentamento	(x) famílias de produtores com adesão ao programa até 2011	
		AÇÕES ZONA 02		
		Implementar o Programa de Certificação com foco nas UCs de uso sustentável e PAs (Projetos de Assentamento) diferenciados	(x) famílias de produtores com adesão ao programa até 2011	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	Fortalecimento do Programa e da Rede Estadual de ATER	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Atualização do Plano de Mitigação nas TIs Impactadas pelas BRs 364 e 317 Recursos humanos (foco em especialistas em geoprocessamento) contratados, infra-estrutura e equipamentos adquiridos Empresas de prestação de serviço de ATER atraídas e iniciando trabalhos no Estado Aquisição e instalação de casas de farinha em TIs e produção de farinha de mandioca em comunidades isoladas Ampliação da oferta de serviços às comunidades com segurança alimentar e nutricional
		Capacitar técnicos em assistência técnica e extensão agroflorestal e apoio logístico das equipes nas atividades de campo	200 técnicos e instituições capacitadas e aptas à prestação de serviços, com especial foco na extensão indígena e no Programa de Certificação da Propriedade Familiar Sustentável	
		Capacitação técnicos em Manejo de Precisão em Florestas Tropicais - Modelo Digital de Exploração Florestal - MODEFLORA	175 técnicos capacitados no MODEFLORA	
		Fortalecer e consolidar a Rede Estadual de ATER envolvida com o Programa de Certificação da Propriedade Sustentável	ONGs, empresas, cooperativas, associações, sindicatos credenciados na Rede de ATER	
		Implantar Rede Virtual de Transferências de Tecnologia	Rede Virtual de Transferências de Tecnologia estruturada e operacionalizada nos 22 municípios do Estado	
		Fortalecimento institucional da SEAPROF, SEAP e SEF		
		Convênio INCRA/Governo do Estado para prestação de serviços de ATER	4.300 famílias atendidas pela SEAPROF no âmbito do convênio com o INCRA	
		Segurança alimentar com abastecimento local em municípios de difícil acesso	1.000 famílias em municípios de difícil acesso atendidas	
		AÇÕES ZONA 02		
		Extensão Indígena	500 famílias atendidas pela extensão indígena	
Programa de Aquisição de Alimentos	Fortalecer as ações de compra direta da produção agroflorestal, beneficiando a rede de serviços sociais	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Garantia de compra da produção dos agricultores Cadeia produtiva consolidada com disponibilização dos produtos para entidades beneficientes Processo de ATER fortalecido Entidades abastecidas com produção local agroecológica
		Captar recursos para aquisição alimentos do produtor (compra antecipada e doação simultânea)	Convênios negociados com valores para atender 3.300 produtores até o final de 2010	
		Captar recursos (Cédula do Produtor Rural - CPR) para fortalecer capital de giro de cooperativas	Recursos captados	
		Adoção do pagamento via cartão eletrônico e elaboração/implantação do projeto de logística e informatização para monitoramento do programa	Projeto de logística e informatização para monitoramento do programa no Estado elaborado e implementado	
		Elaboração de Projeto Visual	Projeto Visual elaborado	
		Cruzamento da oferta/demanda, através do levantamento e mapeamento da produção e das entidades beneficiadas por município	Estudo de oferta/demanda elaborado	
		Estabelecer Acordos de Resultados e Cooperação Técnica com entidades parceiras (SECIAS, CONAB, DAP, SEE, CONSEA, Conselho Estadual de Assistência Social, Cooperativas e Prefeituras)	Acordos de resultados e termos de cooperação técnica firmados	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Plano de Ordenamento Territorial da ZAP BR-364, Trecho Feijó - Manuel Urbano	Promoção de iniciativas sustentáveis junto às comunidades residentes nas áreas de influência da rodovia federal (BR-364)	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Acesso à serviços de saúde, educação, assistência social, ATER disponibilizado Pagamento por serviços ambientais nas cadeias produtivas da borracha, castanha, açaí Base Integrada de Dados Sociais, Ambientais e Econômicos detalhada e estruturada
		Definir o uso sustentável da região, com manutenção da cobertura florestal e recuperação de áreas alteradas	Reflorestamento de 2.000 hectares em Manuel Urbano e Feijó consolidado até 2010	
		Elaborar e implementar estratégias de produção sustentável em base florestal, agroflorestal e agroextrativista com inclusão social	05 empreendimentos sócio-produtivos instalados incluindo 4,3% das famílias cadastradas no CAD único	
		Fortalecer iniciativas de mobilização social e capacitação gerencial junto às associações locais	Capacitações de 400 famílias em associativismo e cooperativismo e de 50 famílias em técnicas para recuperação de APPs em áreas pólo	
		Garantir a compra direta da produção	444 famílias atendidas pelo programa até 2010	
		Implantar roçados sustentáveis	819 famílias atendidas com roçados sustentáveis até 2010	
		Implantar o manejo florestal de uso múltiplo	100 moradores do Complexo de Florestas Públicas do Rio Gregório produzindo em Sistemas de Manejo Florestal de Uso Múltiplo	
			Concessão Florestal de 150.000 hectares	
		Garantir o acesso à serviços de ATER	ATER garantida para 819 famílias até 2010	
		AÇÕES ZONA 01		
		Implantar plantios florestais de reflorestamento para recuperação de passivos florestais e geração de estoque e construir viveiros florestais	Viveiro de mudas construído em Feijó com capacidade de 1,2 milhões de mudas/ano	
		Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável	204 famílias envolvidas no programa até 2010	
		Equipar estruturas de armazenamento e construir pontes	Infra-estrutura consolidada	
Modernização e fortalecimento da cadeia produtiva da castanha	Desenvolver e consolidar a cadeia produtiva da castanha para geração de renda às famílias de pequenos produtores rurais localizadas em zonas especiais de desenvolvimento	**AÇÕES ZONA 02**		Boas práticas adotadas pelos produtores Cooperativas estruturas e comercializando a produção com melhores preços
		Operacionalizar usinas de beneficiamento de castanha	02 usinas de beneficiamento de castanha operacionalizadas	
		Construção de armazéns comunitários e reforma de armazéns industriais e individuais	09 armazéns comunitários construídos; 02 armazéns industriais e 247 individuais reformados	
		Realizar cursos, oficinas e treinamentos aos extrativistas e técnicos	Cursos, oficinas e treinamentos aos extrativistas e técnicos realizados	
		Viabilizar infra-estrutura para escoamento da produção até o beneficiamento	Produção chegando aos locais de beneficiamento	
		Aumentar a comercialização direta do produto por meio de cooperativas	40% (4 mil Toneladas) comercializadas através de cooperativas locais	
			1.500 famílias envolvidas até 2010	

PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Desenvolvimento e consolidação das Cadeias Produtivas da Borracha	Melhorias das condições de transporte, armazenamento e articulação de compra da produção com preços justos	**AÇÕES ZONA 02**		Seringais de cultivo em Assis Brasil, Brasiléia e Sena Madureira identificados e mapeados
		Promoção de ATER à famílias envolvidas	Assistência técnica e extensão rural a 254 famílias e melhoria em moradias (construção de fossas sépticas, banheiros, poços, energia, fontes d'água)	Kits de coleta de látex distribuídos e capacitações realizadas
		Fomentar a produção de matéria-prima para industrialização do látex	Programa de Florestas Plantadas implantado em parceria com 400 famílias/3ha por município (Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba e Xapuri) totalizando 1.000 ha	Transporte da produção garantido
			10 novos Pontos de Recolhimento de Látex e 200 Pontos de Apoio implentados até 2010	Abertura, manutenção e recuperação de ramais, varadouros e pontes consolidada
			1000 famílias envolvidas até 2010	-
		Consolidar cadeia do CVP	Cadeia consolidada	-
		Implementar a cadeia do FDL	260 unidades de produção de FDL implantadas até 2010	-
Transporte e Armazenamento da Produção	Garantir o escoamento e armazenamento da produção agroflorestal das cadeias produtivas sustentáveis	**AÇÕES ZONA 01**		Frota de caminhões em condições para atender as famílias
		Atender as famílias envolvidas nas cadeias produtivas prioritárias	Ramais recuperados em condições de escoar a produção e atender as famílias envolvidas	Produção com garantia de escoamento para beneficiamento e aos mercados consumidores
		Equipar as estruturas de beneficiamento e armazenamento na capital e no interior do Estado	10 máquinas beneficiadoras de arroz, 02 elevadores e 04 secadores adquiridos	Infra-estrutura de beneficiemento e armazenamento consolidada
			01 (02) silo de armazenamento de grãos na região de Brasiléia construídos em estruturados	
Consolidação de Pólos e Quintais Agroflorestais	Promover serviços de melhorias e infra-estrutura para beneficiamento das comunidades residentes nos Pólos Agroflorestais	**AÇÕES ZONA 01**		Produção agroflorestal beneficiada e chegando aos locais de comercialização
		Aquisição de maquinário e implementos para escoamento da produção	06 tratores de pneu, 02 tratores de esteira, 06 implementos agrícolas e 04 caminhões para escoamento da produção adquiridos	Comunidades estruturadas com equipamentos e infra-estrutura para beneficiamento da produção
		Implementar infra-estrutura para acondicionamento de equipamentos, implementos e máquinas	06 galpões para acondicionamento de equipamentos, implementos e máquinas construídos. Equipamentos e material permanente adquirido	
		Consolidar vias de acesso e abastecimento de água	20km de ramais e 577 poços e reservatórios construídos	
		Levantamento topográfico dos perímetros	Levantamentos topográficos realizados	

4.3 – Monitoramento, Controle e Fiscalização

A baixa acessibilidade em vários locais do Acre é um dos principais fatores que facilita atos ilegais de desmatamento e exploração madeireira, constituindo-se, portanto, no desafio central para o planejamento das ações de Monitoramento e Controle. Considerando que, associado ao crime ambiental, uma série de outros ilícitos é praticada com freqüência (grilagem de terras, sonegação de impostos, e até biopirataria e narcotráfico) pode-se concluir que, além do aprimoramento de todo o sistema normativo ambiental, a integração dos trabalhos das instituições competentes é essencial. Assim sendo, propõe-se um conjunto de ações que possa traduzir no curto, médio e longo prazo uma efetiva e definitiva presença do Estado no território acreano, consolidando a cultura de trabalho integrado no âmbito das políticas de monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental.

4.3.1 – Objetivos Específicos

1. Criar e operacionalizar o Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento para integrar e coordenar as ações da SEMA, IMAC, IBAMA no monitoramento e controle ambiental, e para envolver outras instituições parceiras, como o INCRA, PRF, PF, Pelotão Florestal, Exército Brasileiro, SEF, ITERACRE e IDAF;
2. Formar uma base única de dados e informações associadas ao monitoramento da dinâmica do desmatamento, ao licenciamento ambiental de propriedades rurais, desmatamento e manejo florestal, e às atividades de fiscalização;
3. Desenvolver um Sistema Integrado de Denúncias Ambientais dirigidas ao IMAC e IBAMA;
4. Realizar ações integradas de monitoramento e fiscalização, por meio de operações de campo, sobrevôos, uso de imagens de satélite de alta resolução espacial e análise dos bancos de dados associados ao licenciamento ambiental;
5. Ampliar o número de propriedades submetidas ao licenciamento ambiental e com passivos florestais regularizados;

6. Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária a partir da cooperação e apoio técnico entre o INCRA e o Governo do Estado do Acre através da SEMA, IMAC, ITERACRE, SEF e SEAPROF e a efetiva execução dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos;
7. Aprimorar instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento, queimadas e exploração madeireira ilegal, a partir do desenvolvimento de módulos operacionais do Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIAM;
8. Fortalecer e aprimorar o Sistema Estadual de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto à cargo da Unidade Central de Geoprocessamento – UCEGEO;
9. Fortalecer a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais, buscando a proposição e avaliação de estratégias integradas voltadas para a prevenção, controle e mitigação de impactos decorrentes de incêndios florestais, secas, desmatamentos, enchentes e acidentes com produtos químicos perigosos.

4.3.2 – Planos, programas, projetos e resultados esperados

MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO				
PROJETO	FOCO	AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Modernização do Sistema de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Promover ações integradas de monitoramento e controle ambiental visando a redução dos desmatamentos, queimadas, exploração e transporte de madeira ilegais no Estado do Acre	**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Monitoramento e controle pleno do desmatamento e degradação florestal Agilidade e qualidade do licenciamento, monitoramento e fiscalização das obras de infra-estrutura, empreendimentos, propriedades e das atividades que utilizam recursos florestais Controle da produção florestal do Estado Maior articulação e integração das ações de monitoramento e controle entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal Central de atendimento do IMAC e Núcleos Regionais com sistemas de controle e de qualidade ambiental implantados Portaria para regulamentar o processo de outorga de uso dos recursos hídricos aprovada
		Monitoramento da dinâmica do desmatamento e degradação florestal	Sistema estadual de monitoramento da cobertura florestal operando conforme nova metodologia (UCEGEO/IMAC) e Protocolo de Acurácia	
		Monitoramento e rastreamento da produção florestal em áreas públicas e privadas (reserva legal)	Rotinas de rastreamento da produção florestal instituídas a partir do monitoramento permanente dos dados de licenciamento do manejo/exploração florestal	
		Desenvolver sistema de monitoramento da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal integrado ao Sistema Estadual de Informações Ambientais -SEIAM (Geoconsulta)	Módulo/sub-módulos do Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIAM (02 sistemas) desenvolvidos e em operação	
		Desenvolver sistema integrado ao SEIAM para elaboração dos produtos de geoprocessamento associados ao SLAPR das propriedades vinculadas à Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal	IMAC, SEAPROF e INCRA dispondo de interfaces do sistema de consolidação do SLAPR	
		Implementar o Procedimento de Outorga do uso dos Recursos Hídricos	Sistema de outorga do uso dos recursos hídricos implementado	
lano de Ação Integrada de Controle Ambiental		**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Monitoramento das informações de licenciamento ambiental em tempo integral Reduções significativas no desmatamento, queimadas, exploração e transporte de madeira ilegal Integração de base de dados e informações, e definição do método de gerenciamento dos dados e informações gerados no âmbito do licenciamento, fiscalização e monitoramento da dinâmica do desmatamento e degradação florestal Monitoramento e fiscalização dos desmatamentos e queimadas com vistorias "in loco" subsidiadas com dados e informações dos sistemas de licenciamento e de monitoramento da dinâmica do desmatamento
		Criar do Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento	Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento criado e operacionalizado, com sala de situação e técnicos/fiscais disponíveis em tempo integral	
		Atendimento Integrado de Denúncias	Sistema integrado de denúncias desenvolvido e em funcionamento	
		Operações de monitoramento e fiscalização	Operações de monitoramento e fiscalização realizados de forma integrada a partir da parceria SEMA/IMAC com o IBAMA e outros colaboradores (INCRA, Pelotão Florestal, PF, PRF, IDAF)	
			Monitoramento aéreo com sobrevôos (X horas/ano)	
		Campanha de informação		
		Estruturar o IMAC e parceiros para atuarem no controle do desmatamento e queimadas	Instituições envolvidas com atividades de comando e controle estruturadas para desempenho de suas atividades	

		Consolidar parceria com instituições envolvidas nas ações de comando e controle ambiental	Brigadas de incêndios em Rio Branco, Tarauacá e Sena Madureira instituídas	
PROJETO	**FOCO**	**AÇÕES POR ZONA**	**METAS**	**IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS**
Modernizar e fortalecer a gestão do SISMAT		**AÇÕES TRANSVERSAIS**		Melhor eficiência da gestão ambiental
		Organizar e implantar rotinas padronizadas do controle nos órgãos atuantes no licenciamento - SEIAM (IMAC, SEAP, SEAPROF, SEMA, SEF, ITERACRE)	Gerenciamento de rotinas implementado, monitorado e avaliado na SEMA, IMAC e ITERACRE	Sistema de Meio Ambiente e de Terras estruturado, fortalecido e desconcentrado, com representação nas regionais de desenvolvimento
		Implantar a padronização nos núcleos regionais do IMAC	Articulação com secretarias parceiras para implantação do sistema consolidada	
		Capacitação dos funcionários do SISMAT na padronização dos processos	Funcionários capacitados para padronização	
		Estruturação da SEMA para desenvolvimento das ações		
Programa de Regularização do Passivo Ambiental Florestal	Cooperação e apoio técnico na formulação e implementação de medidas para promover a regularização ambiental e o desenvolvimento de atividades sustentáveis nos Projetos de Assentamentos vinculadas aos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos.	**AÇÕES ZONA 01**		
		Formalizar cooperação técnica com instituições parceiras		
		Consolidar o arcabouço legal referente às modalidades de regularização de passivos ambientais florestais		
		Realizar Campanha de Difusão da Recuperação e Conservação de Passivo Ambiental Florestal de propriedades privadas e públicas		
		Estabelecer e integrar ações mitigadoras para as mudanças climáticas globais no Estado		
		Incluir propriedades aonde a Embrapa desenvolve atividades de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias	100% das propriedades incluídas no programa até maio de 2010	
		Implantar Cadastro Estadual Georreferenciado de Imóveis Rurais, integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e ao Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural - Cadastro Piloto em Acrelândia	Cadastro Estadual Georreferenciado Piloto de Imóveis Rurais, integrado ao SNCR e ao SLAPR implementado no município de Acrelândia	
		AÇÕES ZONA 03		
		Programa de Regularização do Passivo Ambiental Florestal	Mecanismo de desoneração em funcionamento, garantindo a regularização de passivos e o fortalecimento do SEANP	

		Implantar Cadastro Estadual Georreferenciado de Imóveis Rurais, integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e ao Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural - SLAPR na ZAP BR-364	Áreas de floresta estadual transformadas em unidades de conservação na área territorial da BR-364 Feijó/Manuel Urbano consideradas por mecanismos para compensação do passivo ambiental do Estado nas regiões mais desmatadas	
PROJETO	**FOCO**	**AÇÕES POR ZONA**	**METAS**	**IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS**
Plano de Ação para Regularização e Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Cooperação e apoio técnico na formulação e implementação de medidas para promover a regularização ambiental e o desenvolvimento de atividades sustentáveis nos Projetos de Assentamentos vinculadas aos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos.	**AÇÕES ZONA 01**		Ampliação do número de Projetos de Assentamento incluídos em cadastros fundiários georeferenciados Ampliação no número de beneficiários da reforma agrária com adesão ao Programa de Certificação das Propriedades Familiares Sustentáveis Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal recuperadas com plantios florestais Termo de Cooperação firmado entre INCRA e Estado do Acre para regularização ambiental e desenvolvimento de atividades sustentáveis implementado Planos de Manejo Comunitários dos PAs elaborados
		Viabilizar a compensação dos passivos ambientais de RL mediante a transferência de áreas para regularização fundiária de unidades de conservação para o IBAMA, conforme portaria conjunta INCRA/IBAMA 155/2002	Ampliação do número de Projetos de Assentamento com licenciamento ambiental e passivo florestal regularizado	
		Licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento, inclusive dos localizados no Território da Cidadania	Concessão da LIO aos 48 PAs com processo de licenciamento em trâmite no IMAC	
			Licenciamento ambiental de 60 PAs no Estado	
		Recuperação de APPs e RLs degradadas por meio do programa de ATES		
		Capacitar e treinar os assentados sobre questões ambientais e noções básicas de agroecologia, SAFs, legislação ambiental e produção de mudas florestais	Famílias de assentados capacitadas e envolvidas nos projetos de recuperação de áreas alteradas	
			05 Centros de Divulgação Ambiental, Florestania e de Reflorestamento implementados no Território da Cidadania	

4.4 – Ações Estruturantes

Além dos planos, programas e ações apresentados nos eixos do PPCD Acre, será integrado um conjunto de ações com o objetivo de se estabelecerem condições adequadas para plena execução da estratégia proposta, e, conseqüentemente para a consolidação do desenvolvimento econômico sustentável. Tais ações compreendem pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; formação e capacitação continuada de servidores públicos e sociedade civil; educação ambiental; fortalecimento institucional; e consolidação do arcabouço legal da Gestão Florestal.

4.4.1 – Objetivos específicos

1. Fortalecer instituições de ensino e pesquisa, e desenvolver pesquisas e estudos em áreas como: definição de coeficientes técnicos para Planos de Manejo Florestal Sustentável e para recuperação de APPs (Área de Preservação Permanente) e RLs (Reserva Legal); Definição de indicadores sócio-ambientais para os sistemas agroflorestais e agropecuários sustentáveis, estoques e fluxo de carbono; e desenvolvimento de design e tecnologia da madeira;
2. Garantir acesso à cursos de formação e capacitação continuada, com foco em geotecnologias, educação e formação profissional;
3. Desenvolver e implementar estratégias de educação ambiental relacionadas às práticas sustentáveis e à necessidade de preservação e conservação da sóciobiodiversidade;
4. Revisar e consolidar o arcabouço legal da Gestão Florestal;
5. Fortalecer a gestão do Sistema de Meio Ambiente e Território – SISMAT.

4.4.2 – Programas, ações e resultados esperados

PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Ciência, Tecnologia e Inovação como Fatores do Desenvolvimento Sustentável	Fixar capital intelectual e fortalecer a infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica nas instituições públicas e privadas de ensino superior e de pesquisa. Gerar e disponibilizar dados e informações relevantes ao PPCD Acre	Apoio à elaboração e validação de coeficientes técnicos para PMFS em médias propriedades	Coeficientes técnicos para Planos de Manejo Florestal Sustentável elaborados e validados até 2010	Grupos de pesquisas formados nas diversas áreas do conhecimento por meio da fixação de capital intelectual; Recursos Humanos qualificados para o desenvolvimento de pesquisas; Geração de conhecimentos sobre espécies florestais nativas com potencial de uso comercial e introdução de novas espécies no mercado madeireiro e moveleiro; Estabelecer um padrão de qualidade para o mobiliário de escritório e escolar com utilização de madeira maciça; Geração de conhecimento para subsidiar as políticas de desenvolvimento sustentável com forte base florestal no Estado do Acre; Despertar e incentivar a vocação científica em estudantes do ensino fundamental, médio e universitário da rede pública
		Desenvolver estudos visando a definição de coeficientes técnicos de sistemas de recuperação de APPs e RLs	Coeficientes técnicos de sistemas para recuperação de áreas degradadas elaborados e validados até 2010	
		Estabelecer Rede de Carbono do Acre e de Parcelas Permanentes	Estoques de carbono nas tipologias vegetais naturais e áreas alteradas do Estado quantificados através da Rede de Carbono instituída	
		Estudo e Desenvolvimento de Design e Tecnologia da Madeira	Instalações físicas do Laboratório de Tecnologia da Madeira adequadas;	
			Núcleo de Design do Pólo Moveleiro de Rio Branco estruturado;	
			Estudos de caracterização física e mecânica de 20 espécies florestais realizados	
			Estudos para aproveitamento de resíduos da indústria moveleira realizados	
		Validação de métodos de controle de pragas agrícolas com o uso de produtos à base de plantas nativas	Métodos de controle de pragas com uso de produtos à base de plantas nativas validados	
		Apoio à elaboração de estudos de zoneamento de oportunidades de mercado vs. aptidão natural vs. potencialidade social para fomento à produção florestal, agropecuária e agroflorestal no eixo da BR-364 Sena/CZS	Cadeias produtivas prioritárias para foco das políticas públicas ao longo da Br-364 no trecho de Sena Madureira/Cruzeiro do Sul definidas com base nos estudos	
		Promoção de estudos e ações visando a incubação de uma	Projeto elaborado e apresentado à parceiros potenciais identificados junto ao	

		Biofábrica de mudas de espécies frutíferas e florestais	setor privado até 2010	
		Desenvolvimento de pesquisas em produtos naturais e micropropagação de sementes florestais nativas	Pesquisas e estudos sobre produtos naturais e micropropagação de sementes florestais de espécies nativas desenvolvidos	
		Projeto de Pesquisa: Manejo Sustentável de Produtos Florestais Não Madeireiros, na Amazônia (KAMUKAIA II)	Práticas extrativistas para a castanha-do-brasil no Estado aperfeiçoadas (SAFENUT)	
			Dados de ecologia das espécies não madeireiras conhecidos e analisados para manejo sustentável	
		Análise econômica e avaliação de desempenho dos povoamentos de Teca	Desempenho silvicultural e econômico dos povoamentos de Teca conhecidos	
PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Programa de Pagamento por Serviços Ambientais	Conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e redução das emissões de gases de efeito estufa, de forma a consolidar as estratégias de gestão territorial em diferentes escalas e esferas administrativas (zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial local, etnozoneamento, plano de desenvolvimento comunitário)	Criar e implementar o Fundo do Ativo Florestal para captação de recursos e remuneração por serviços ambientais	Estudos preliminares realizados e Fundo criado até 2010	Redução nas taxas de desmatamento no Estado em 75% no período 2009-2018 tomando como base a taxa de 583km2/ano Transparência das transações envolvendo provedores de serviços ambientais e respectivos investidores Mudança de paradigma na base de produção do Estado Conservação do ativo florestal e melhoria de vida das comunidades rurais Mitigação e adaptação às mudanças climáticas globais
		Mobilização, comunicação e fortalecimento comunitário para adesão ao Programa de PSA	Publico alvo aderindo ao Programa de PSA	
		Definir área prioritária para implementação do Programa de PSA e elaborar plano para acesso aos recursos de mercados/negociações RED/REDD e MDL	Plano RED/REDD elaborado e em início de implementação na área prioritária definida até 2010	
		Constituir arcabouço legal estadual referente ao Pagamento por Serviços Ambientais	Arcabouço legal dos PSA em nível estadual elaborado e aprovado até 2010	
		Elaborar estudos para adequar parâmetros técnicos do programa Produtor de Águas/ANA à realidade do Estado do Acre	Valores referência do programa Produtor de Águas definidos com base na realidade do Estado	
		Bônus financeiro para famílias envolvidas no Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável	Bônus financeiro no valor de R$ X/ano durante X anos pago aos produtores que aderirem ao programa PSA	

		Modernizar e garantir o pagamento diferenciado do subsídio da borracha às famílias e comunidades dispostas a manter o ecossistema florestal	Beneficiar 2.500 famílias de produtores rurais	
		Estabelecer e Integrar Ações Mitigadoras para as Mudanças Climáticas Globais	Plano Estadual de Gestão de Riscos Ambientais elaborado até 2010	
PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Formação, capacitação e educação ambiental	Formação e capacitação de servidores públicos envolvidos com as atividades previstas no PPCD Acre; jovens e adultos trabalhadores dos setores de desenvolvimento econômico do Estado do Acre; e povos indígenas. Garantir a inserção da Educação ambiental como tema prioritário da gestão ambiental	Criação de cursos de pós-graduação em geoprocessamento e geodésia na UFAC/FUNTAC	Cursos de especialização em geoprocessamento e geodésia criados em parceria com instituições de ensino superior	Formação de profissionais na abordagem interdisciplinar nas instituições governamentais Ações de formação profissional vinculadas ao setor público e programas de desenvolvimento econômico Aumento dos níveis de qualificação profissional dos povos indígenas, trabalhadores do setor produtivo do Estado, e dos servidores públicos envolvidos com a gestão ambiental Educação do consumo responsável, propondo o conhecimento da cadeia produtiva dos produtos ofertados no mercado Visualização da Educação Ambiental como meio para o atendimento digno das demandas sociais básicas, como: alimentação, saneamento básico, habitação, energia elétrica, educação, dentre outros Interação da sociedade com a Rede Estadual de Educação Ambiental
		Fortalecimento e Desenvolvimento da Educação Profissional	Ampliação do número de vagas ofertadas em cursos de formação e educação profissional garantindo acesso para 850 técnicos até 2010	
		Desenvolvimento do programa de formação de jovens extensionistas e empreendedores rurais, com foco em filhos de produtores familiares em assentamento e reservas extrativistas	150 jovens capacitados até 2010	
		Implementar o Plano Estadual de Educação Ambiental	PEEA implementado em todo o Estado, considerando as dimensões geográficas em que o Acre está inserido, aliado a escassez de acesso e comunicação	
			Comissões de Educação Ambiental implementadas nas regionais do Estado associadas aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente	
PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Consolidação do arcabouço legal da Gestão Florestal	Fortalecer institucionalmente os elos da Cadeia Produtiva Florestal, construindo procedimentos normativos adaptados à sua realidade e agregando maior qualidade aos produtos e serviços ofertados pelo Setor Florestal Acreano	Reestruturação Funcional e Legal do Conselho Florestal Estadual	Conselho Florestal funcionalmente e legalmente reestruturado com ferramentas de gestão implementadas	Maior atendimento às demandas públicas e privadas, apresentadas no âmbito do Conselho Florestal Estadual Melhoria dos processos produtivos nas indústrias de Base Florestal Geração de mecanismos de criação e consolidação de carteiras de crédito florestal Melhoria da qualidade dos planos de manejo
		Assessoria às Comissões formadas no âmbito do Conselho Florestal	Comissões de: 1) Readequação da Estrutura do Conselho Florestal e definição de Assessoria Jurídica; 2) Regulamentação e Aplicação do Fundo Florestal e Passivo Ambiental; 3) Aplicação do Fundo de Reposição Florestal criadas e assessoradas	

		Implantação do Programa de Qualidade, Competitividade e Sustentabilidade do Setor Florestal do Estado do Acre	Mecanismos de Apoio e Fomento às iniciativas de agregação de qualidade aos produtos/serviços consolidados através do programa implementado	e da exploração florestal Melhoria dos serviços públicos florestais oferecidos pelos Órgãos Estaduais Ampliação das condições de negociação mercadológicas das Instituições inseridas no PQCSF
		Revisão da legislação referente ao manejo florestal, sistema DOF e da Reposição Florestal	Grupo de trabalho instituído e instrumentos normativos relacionados ao Manejo Florestal, Sistema DOF e Reposição Florestal revisados e com eventuais propostas de alterações submetidas ao Conselho Florestal Estadual	
PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Ferramentas para Conservação da Biodiversidade		Regulamentar a Política de Uso e Acesso à Biodiversidade	Regulamentação da Política de Uso e Acesso à diversidade biológica elaborada e aprovada	
		Apoiar a criação do sistema de biodiversidade para o Estado	Sistema de biodiversidade criado e ferramentas estabelecidas	
		Estabelecer as ferramentas de conservação da biodiversidade		
		AÇÕES ZONA 02		
		Estabelecer o marco zero para diversidade biológica nas novas Unidades de Conservação	Marco zero e programas de monitoramento da diversidade biológica nas UCs estaduais estabelecido	
		Estabelecer programas de monitoramento da diversidade biológica nas UCs estaduais	Programas implantados	
		AÇÕES ZONA 03		
		Propor áreas prioritárias para conservação	Áreas prioritárias para conservação definidas	
PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Descentralização da gestão ambiental e fomento à gestão municipal	Aprimoramento da gestão ambiental no Estado do Acre a partir do compartilhamento e do repasse de competências inerentes ao licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, bem como do repasse de recursos financeiros e apoio à estruturação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente	Fortalecer a gestão municipal ambiental	Gestão municipal ambiental fortalecida por meio da capacitação de Gestores municipais e conselheiros de meio ambiente; da criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, das Leis e Fundos Municipais de Meio Ambiente; e da estruturação das secretarias municipais de Meio Ambiente	Fortalecimento da Gestão Ambiental dos municípios Acreanos e da Comissão Tripartite

		Implementar o ICMS Socioambiental	Municípios compensados pela gestão socioambiental	Fortalecimento da gestão municipal a partir dos recursos financeiros repassados pelo Estado aos municípios
		Descentralizar o controle ambiental urbano	Repasse de competências para controle à 06 municípios até 2010	Secretarias municipais de meio ambiente atuando no licenciamento, controle e fiscalização de empreendimentos poluidores ou utilizadores de recursos naturais localizados em zonas urbanas aumentando a eficiência dos processos
PROGRAMA / PROJETO	FOCO	AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Gerenciamento da Informação - UCEGEO	Fortalecimento e Modernização do Sistema Estadual de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Centralizar, atualizar dados espaciais e disponibilizar as informações à sociedade	Dados espaciais centralizados e disponibilizados	Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental
		Monitoramento das ações da Política de Valorização do Ativo (regularização do passivo e certificação da propriedade)	Ações da PVA monitoradas	Maior sinergia no uso de informações geográficas
		Formação de recursos humanos e sociedade	(i) Pessoal capacitado; (ii) Atendimento à sociedade	Publicidade e transparência das informações ambientais
		Disponibilizar dados e informações para subsidiar a atuação do núcleo estratégico de combate ao desmatamento	Operações de controle e fiscalização subsidiados com dados do licenciamento e monitoramento ambiental	

5. Proposta de Governança para o Pacto de Valorização da Floresta e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Acre (PPCD Acre)

Com base na estrutura programática do Pacto de Valorização das Florestas e do PPCD, a qual se baseia nas políticas de zoneamento e de valorização do ativo ambiental florestal, abrangendo planos e programas em organizados em 3 eixos (1. Ordenamento Territorial e Fundiário; 2. Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis; 3. Monitoramento, Controle e Fiscalização), propõe-se um modelo de governança que tem como finalidade integrar e estruturar o coletivo de instituições públicas dos 3 níveis de poderes e da Sociedade Civil para realizar funções de caráter operacional, normativo e de controle e supervisão das ações definidas no escopo do Pacto e Plano aqui referidos.

O modelo de Governança aqui proposto está composto por uma estrutura com funções definidas para cada nível da estrutura **(Figura 2)**. Procedimentos associados ao funcionamento e fluxos de informações, assim como de reuniões dos diversos níveis, devem ser igualmente acordados no âmbito do Pacto e do PPCD.

As funções de governança que devem ser definidas para cada nível da estrutura devem abordar aspectos de:

1. **Supervisão e Controle Social**: cuja função é definir as ações estratégicas e metas do Pacto e do PPCD para cada ano, assim como supervisionar o desenvolvimento das ações e aprovar os relatórios de execução dos programas. Esta instância será formada pelo **coletivo dos 3 conselhos CEMACT, CFE e CDRFS**. A freqüência de reunião desta instância deve ser de **1 ou 2 vezes por ano**. A responsabilidade de mobilizar a instância deve estará a cargo da Coordenação do PPCD e do Pacto definida no âmbito do Governo.
2. **Normativo**: cuja função é normatizar questões relativas aos aspectos legais necessários ao pleno desenvolvimento das políticas e programas associados ao Pacto e ao PPCD. Na estrutura de gestão de políticas ambientais e de produção do Estado do Acre, esta responsabilidade recai sobre cada um dos conselhos (CEMACT, CFE e CDRFS), sempre de acordo com o conteúdo das matérias a serem normatizadas e com as competências de cada conselho definidas nas respectivas leis. A

freqüência de mobilização destas instâncias depende da demanda gerada pela execução dos planos e programas. A responsabilidade de mobilização dos conselhos está a cargo das secretarias executivas dos conselhos, respectivamente, SEMA, SEF e SEAPROF.

3. Operacional: cuja função é operacionalizar as estratégias definidas a fim de alcançar os resultados esperados quanto a redução de desmatamento e queimadas, de valorização das florestas e de fomento a cadeias produtivas agroflorestais, além do monitoramento, controle e regularização ambiental e produtiva. As instâncias de caráter operacional são:

a. **Comissão Tripartite** a qual envolve as autarquias federais, as secretarias do Governo de Estado e as prefeituras. Esta comissão tem o papel de articular as ações entre os diferentes níveis de poderes na execução das ações e programas relacionados ao Pacto e ao PPCD. A freqüência de reunião desta instância deve ser no mínimo de 4 vezes por ano. A responsabilidade de mobilizar a instância estará a cargo da SEMEIA que preside a comissão, representando os municípios em nome da AMAC.
b. **Comitê Gestor da Política de Valorização do Ativo** a qual envolve diversas secretarias do Governo do Estado e tem como finalidade coordenar e priorizar as ações de Governo relativas à Política de Valorização do Ativo Florestal, e agora em relação ao Pacto e ao PPCD. A freqüência de reunião desta instância deve ser no mínimo de 6 vezes por ano ou de acordo com as demandas e prioridades do Governo. A responsabilidade de mobilizar a instância estará a cargo da Secretaria Executiva do Comitê, desempenhada pela SEMA e SEAPROF.
c. **Coletivo agrário** composto pelos 23 sindicatos de produtores rurais do Estado do Acre e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Este coletivo deve ter um caráter operacional de priorizar ações e desenvolver planos de ação relacionados ao Pacto e ao PPCD para as diversas regiões do Estado juntamente com as Secretarias de Governo e prefeituras. O Coletivo Agrário se reunirá uma vez por ano. A responsabilidade de mobilizar a instância estará a cargo da FETACRE juntamente com a Secretaria Executiva do Comitê Gestor da Política de Valorização do Ativo.
d. **Comissão Estadual de Gestão de Riscos**, composta por 26 membros do Governo Estadual e Federal, tem a função de propor e avaliar programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas,

desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos e perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente. Esta comissão terá função direta de acompanhar e operacionalizar ações relativas ao eixo de monitoramento e controle nos programas associados a controle de queimadas. A freqüência de reuniões desta Comissão está vinculada a ocorrência de eventos extremos e, quanto a queimadas, deve reunir-se antes do período crítico para planejamento, durante para coordenação de ações e depois para avaliação. A responsabilidade de mobilização da Comissão está a cargo da SEMA.

e. **Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento** é composto pelo IBAMA e IMAC e tem como função integrar e coordenar as ações do IBAMA Acre e IMAC no monitoramento e controle do desmatamento no Estado. A freqüência de reuniões deste Núcleo deve ser guiada pela necessidade de coordenação de ações e ajustes nos procedimentos. A mobilização para as reuniões está a cargo do IMAC.

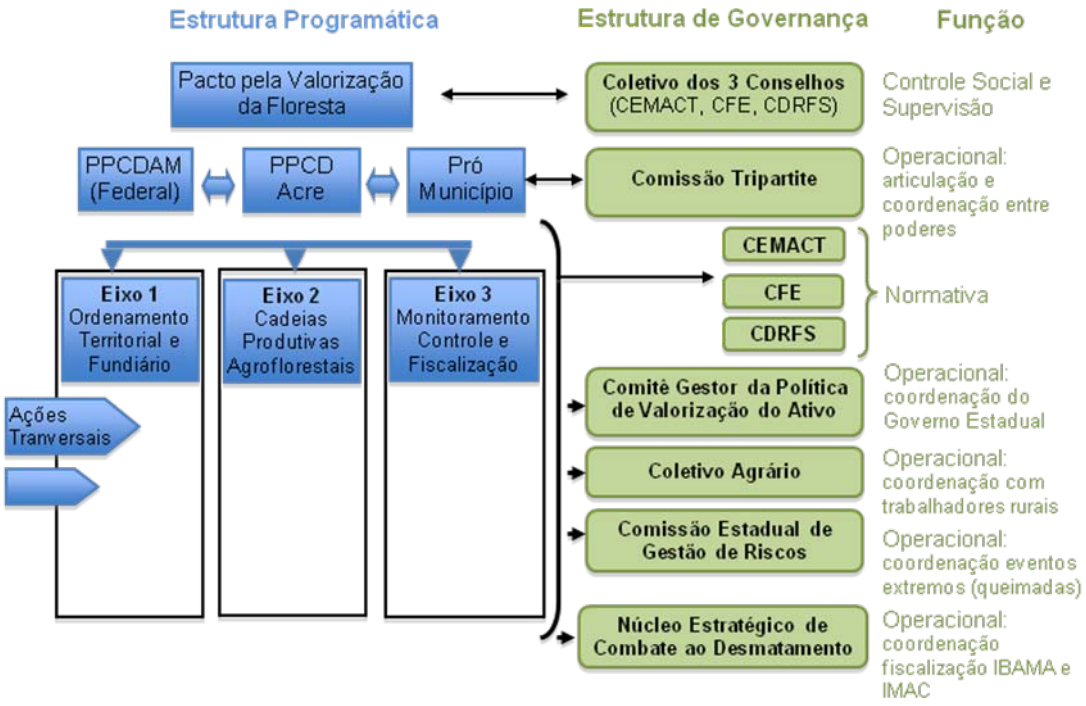


Figura 2. Estrutura de Governança com funções definidas para cada nível.

6. Proposta de Meta de Redução do Desmatamento

A redução do desmatamento e da degradação florestal e manutenção de florestas saudáveis podem contribuir com importantes benefícios para populações dependentes de florestas e para a conservação da biodiversidade. No âmbito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas a adoção de metas proposto pelos estados é um avanço para a estruturação de uma estratégia nacional para redução do desmatamento na Amazônia e conseqüentemente redução das emissões de CO_2, reforçando a posição do Brasil de demandar por um regime internacional de incentivos positivos que remunerem os esforços efetivos pela redução de emissões de CO_2 oriundas de desmatamento e degradação de florestas tropicais.

No Estado do Acre, segundo as estimativas de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, a média histórica de desmatamento no período de 1999 a 2008 foi de 530 km^2. Tomando o desmatamento deste período como linha de base, o Estado do Acre está comprometido a reduzir o desmatamento por 75% no período de 2009–2018[6]. Isso significa uma redução de 14 milhões de toneladas[7] de emissões de CO_2. Desta forma, o desmatamento estará estabilizado mesmo com a possibilidade dos proprietários exercerem o "direito" de conversão de 20% das florestas de suas propriedades.

O Governo se propõe a atingir esta meta de forma gradual, considerando que a partir de 2006 já existe uma redução da taxa de desmatamento e que alguns programas de governo já estão em andamento como o Programa de Florestas Plantadas no âmbito da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

---

[6] O alvo de uma redução de 75% de desmatamento e emissões associadas entre os dois períodos excede o alvo anunciado pelo Governo Brasileiro para Amazônia Legal, anunciado em dezembro 2008 na XX COP em Poznan.

[7] **Considerando a média histórica do desmatamento de 1996-2005 de 58,300 ha por ano e uma média de estoque de CO_2 de** 366 toneladas por hectare resultando em emissão histórica média de **21.358.258 toneladas** de CO_2 por ano, que reduzindo 75% das emissões em 10 anos (2008 a 2017) resulta em uma redução de 16 milhões de toneladas de CO_2 e num período de 3 anos com redução linear equivalente a 4,8 milhões de toneladas de CO_2.

O cumprimento desta meta depende da captação de recursos financeiros para fortalecimento das capacidades da gestão ambiental e para garantir a sustentabilidade financeira das políticas ambientais e de instrumentos econômicos para pagamento por serviços ambientais com foco nos provedores do serviço.